

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações dos resultados	14
Demonstrações dos resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2023.

1) A companhia

A PPTE é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	539,01
Extensão em kV:	230/440
Subestações próprias/ acessadas:	7

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

A Resolução Homologatória nº 3.216 publicada em 4 de julho de 2023, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2023/2024, com decréscimo na RAP de R\$ 1.587.509 (um milhão quinhentos e oitenta e sete mil quinhentos e nove reais), vide nota explicativa 1.2.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2023 e 2022 são:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
• Liquidez geral	2,21	2,10
• Liquidez corrente	3,45	2,88
• Relação patrimônio líquido/ativo	54,66%	52,34%
• Relação passivo não circulante/Ativo	37,57%	38,30%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	20,59%	12,88%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	30,44%	23,19%

Ativos totais – R\$	553.606.861	547.810.924
Lucro líquido do exercício – R\$	62.322.811	36.936.340

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2023 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança e criamos um novo departamento de Governança Corporativa que é composto por cinco gerências: Assuntos de Governança Corporativa, Regulatório de Relacionamento, Compliance e Privacidade, Cultura de Comunicação Corporativa e Gestão Administrativa e Supervisão. O novo departamento vai integrar divisões multidisciplinares e suas funções de gestão, fortalecendo a governança da empresa, de acordo com as melhores práticas do mercado.

O Grupo é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Em 2023, também introduzimos um novo sistema de governança que através da sua implementação a rastreabilidade e eficiência dos processos de tomadas das decisões foram aprimoradas.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos medidas relevantes como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

5) Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e a SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Risks”), além de desenvolver o ambiente de controles internos de todos os riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

6) Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente

desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso e respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, ética e transparência nas relações com nossos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros de negócio e concorrentes.

Em 2023, fizemos atualizações importantes neste documento, a fim de darmos destaque ao Canal de Ética e, ainda, criamos tópicos específicos sobre o nosso compromisso com os Direitos Humanos, combate ao Assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho, e luta contra Fraude e Corrupção. Além disso, para todos os tópicos, foram incluídos exemplos práticos da conduta esperada e do que não será tolerado pela SGBH, tornando assim, o Código e Ética e Conduta um guia claro e preciso para ser consultado a qualquer momento.

Com o objetivo aumentar a eficiência na condução do tema, também em 2023, criamos a Divisão de Compliance & Privacidade, parte do Departamento de Governança Corporativa.

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, o time de Compliance realiza treinamentos presenciais tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais, para todos os níveis hierárquicos. Além disso, o time de Compliance também é responsável por criar pílulas mensais abordando temas atuais de compliance enviados por e-mail, como privacidade e proteção de dados, igualdade racial e de gênero, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

O time de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por uma empresa independente que analisa o conteúdo dos relatos e, após análise inicial, os encaminha ao Time de Compliance, que conduz as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos críticos são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Em 2023 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

7) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 13 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

8) Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa		
Auditor Independente	2023	2022
KPMG Auditores Independentes	54.040	68.141
Total	54.040	68.141

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja a Nota 4.4, 11 e 19 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.</p> <p>De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto.</p> <p>A estimativa do valor do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolveu, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-bases subsequentes.</p> <p>Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>– Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <p>(i) Entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes;</p> <p>(ii) A leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos;</p> <p>(iii) Verificação: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovados pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação as premissas utilizadas no exercício anterior;</p>

	<p>(iv) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.216/2023 e nº nº 3.067/2022, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos);</p> <p>(v) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados;</p> <p>(vi) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.</p> <p>– Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>
--	--

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

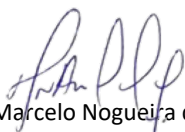
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	55.585.067	67.803.147
Concessionárias e permissionárias	7	13.374.093	10.654.298
Contas a receber - partes relacionadas	25	5.057.084	4.654.242
Adiantamento a fornecedores		148.987	106.760
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	7.170.312	24.764
Outros impostos a recuperar	9	65.133	951.697
Almoxarifado	10	1.076.774	1.460.410
Ativos de contrato	11	64.386.312	60.681.763
Outros ativos circulantes		1.453.206	1.306.312
		148.316.968	147.643.393
Ativo não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	8	8.157.134	8.020.029
Ativos de contrato	11	395.478.664	389.991.376
Outros ativos não circulantes		205.882	150.731
		403.841.680	398.162.136
Imobilizado		1.401.857	1.931.603
Intangível		46.356	73.792
		1.448.213	2.005.395
Total do ativo		553.606.861	547.810.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros	12	3.019.474	5.011.440
Fornecedores - partes relacionadas	25	456.263	498.111
Obrigações Sociais e trabalhistas	15	6.442.918	6.142.742
Financiamento – terceiros	13	17.916.993	18.290.191
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	10.675.074	17.035.690
Outros impostos a pagar	14	2.888.733	2.109.454
Taxas regulamentares		1.572.033	2.176.201
		42.971.488	51.263.829
Passivo não circulante			
Financiamento - terceiros	13	99.222.873	109.324.126
Outras contas a pagar com partes relacionadas	25	-	20.000
Provisão para contingências	16	706.958	150.731
Impostos diferidos	17	108.086.527	100.301.560
		208.016.358	209.796.417
Patrimônio líquido	18		
Capital social		214.035.000	214.035.000
Reserva de retenção de lucros		59.206.670	46.454.474
Reserva legal		29.377.345	26.261.204
		302.619.015	286.750.678
Total do passivo e do patrimônio líquido		553.606.861	547.810.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	117.861.650	108.802.839
Custo de construção e operação	20	<u>(25.741.456)</u>	<u>(33.136.577)</u>
Lucro bruto		92.120.194	75.666.262
Despesas gerais e administrativas	21	(5.268.404)	(6.882.497)
Outras despesas operacionais líquidas	22	(2.361.429)	(2.280.308)
Lucro antes do resultado financeiro		84.490.361	66.503.457
Resultado financeiro	23	<u>(5.435.211)</u>	<u>(6.747.982)</u>
Receita financeira		6.891.101	8.144.400
Despesa financeira		(12.326.312)	(14.892.382)
Resultado antes dos impostos		79.055.150	59.755.475
IRPJ e CSLL correntes	24	(10.154.493)	(22.349.386)
IRPJ e CSLL diferidos	24	(6.577.846)	(469.749)
Lucro líquido do exercício		<u>62.322.811</u>	<u>36.936.340</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	62.322.811	36.936.340
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>62.322.811</u>	<u>36.936.340</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	214.035.000	24.414.387	53.894.053	-	292.343.440
Lucro líquido do exercício	-	-	-	36.936.340	36.936.340
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 18)	-	1.846.817	-	(1.846.817)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 18)	-	-	-	(10.604.045)	(10.604.045)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 18)	-	-	24.485.478	(24.485.478)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18)	-	-	(31.925.057)	-	(31.925.057)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	214.035.000	26.261.204	46.454.474	-	286.750.678
Lucro líquido do exercício	-	-	-	62.322.811	62.322.811
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 18)	-	3.116.141	-	(3.116.141)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 18)	-	-	-	(6.000.000)	(6.000.000)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 18)	-	-	53.206.670	(53.206.670)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18)	-	-	(40.454.474)	-	(40.454.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	214.035.000	29.377.345	59.206.670	-	302.619.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		79.055.150	59.755.475
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações cambiais sobre financiamentos	13	11.106.362	13.351.778
Depreciação e amortização		417.182	538.107
Baixa de imobilizado e intangível		161.469	-
Provisão para perda de crédito esperada	7	2.055	736.290
Rendimento títulos e valores mobiliários		-	(19)
Provisão para contingência		556.227	-
Custos de transação de financiamento	13	572.695	755.204
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(2.721.850)	1.684.312
Títulos e valores mobiliários		-	3
Contas a receber - partes relacionadas		(402.842)	(929.732)
Ativo de contrato	11	(9.191.837)	(5.495.178)
Estoques		383.636	207.970
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(7.145.548)	10.127.712
Outros impostos a recuperar		886.564	(949.216)
Adiantamentos a fornecedores		(42.227)	(20.197)
Outros ativos		(202.045)	(459.137)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(1.991.966)	1.526.597
Fornecedores – partes relacionadas		(61.848)	(136.117)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		4.832.606	(1.138.437)
Outros impostos a pagar		12.691.907	2.024.176
PIS e COFINS diferido		1.207.120	158.322
Taxas regulamentares		(604.168)	649.583
Outros impostos pagos		(12.812.628)	(3.649.055)
Obrigações sociais e trabalhistas		300.176	690.238
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		76.834.721	79.428.679
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(21.347.713)	(14.295.848)
Juros pagos	13	(5.630.624)	(5.960.986)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		49.856.384	59.171.845
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(21.469)	(396.657)
Aplicação de Títulos e valores mobiliários		(52.929.678)	(44.453.622)
Resgate de Títulos e valores mobiliários		52.792.573	42.670.668
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		2.895	(2.179.611)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos pagos	13	(16.522.884)	(12.824.935)
Dividendos pagos	18	(40.454.475)	(31.925.057)
Juros sobre capital próprio	18	(5.100.000)	(9.013.438)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(62.077.359)	(53.763.430)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(12.218.080)	3.228.804
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		67.803.147	64.574.343
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		55.585.067	67.803.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTE” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia iniciou suas operações em 01 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão em 440 kV e 230 kV, composta por duas linhas de transmissão 440 kV com extensão aproximada de 1 km cada, com origem nos bays 4 e 5 da Subestação UHE Porto Primavera e término na Nova Subestação Porto Primavera, ambas localizadas no Estado de São Paulo, pela nova Subestação Porto Primavera e sua transformação em 440/230 kV, 2x450 MVA, e respectivas conexões à transformação em 440 kV, sem disjuntores e em 230 kV; interligação de barras em 230 kV; pela linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 190 km, com origem na nova Subestação Porto Primavera 440/230 kV e término na Subestação Dourados, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul; pela linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 300 km, com origem na nova Subestação Porto Primavera 440/230 kV localizada no Estado de São Paulo e término na nova Subestação Imbirussu 230/138 kV, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul; pela Subestação Imbirussu 230/138 kV e sua transformação 230/138 kV 2x150 MVA e respectivas conexões à transformação; pelas respectivas entradas de linha em 230 kV; barramentos 230 kV e 138 kV; interligação de barras em 230 kV e 138 kV e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, telecomunicação, administração e apoio. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 539 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.

De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.933/21, alterada posteriormente pela Resolução Autorizativa nº 10.421/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica sob sua

responsabilidade referentes ao empreendimento: T2021-034 - SE Nova Porto Primavera - instalação do primeiro banco de reatores de barra 440kV.

De acordo com o Despacho Aneel nº 1.430/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações instalação de 3 TPs no bays de conexão da LT 440 kV Nova Porto Primavera – Porto Primavera C1 e C2 na UHE Porto Primavera e adequações necessárias para integração dessas informações ao sistema scada da usina (caixa de junção, lp's, cabeamento, ajustes no supervisório, etc.)

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$43.711.286 (quarenta e três milhões, setecentos e onze mil, duzentos e oitenta e seis reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 13 de julho de 2021 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 133.944.854 (cento e trinta e três milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 123.158.086 (cento e vinte e três milhões, cento e cinquenta e oito mil, oitenta e seis reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 4 de julho de 2023 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 121.570.577 (cento e vinte e um milhões, quinhentos e setenta mil, quinhentos e setenta e sete reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 01 de março de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A entidade adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Além disso, o Grupo adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas na Nota 4 em determinados casos (consulte a nota explicativa 3.1 para obter mais informações).

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

4.3 Estoques

Os estoques são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo de contrato que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos estoques é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Ativo de Concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa

de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

4.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

4.7 Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.8 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

4.9 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.11 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.13 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

- (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

4.14 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) -** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.15 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.16 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais

5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 12, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	8.343.425	7.857.711
Aplicações financeiras (i)	47.241.642	59.945.436
	<u>55.585.067</u>	<u>67.803.147</u>

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 103,33% do CDI em 2023 e de 103,14% do CDI em 2022. A variação no caixa refere-se a maiores pagamentos de impostos e taxas, das despesas operacionais, aumento do volume de amortização do principal e juros sobre os financiamentos obtidos com terceiros e também aumento no pagamento de dividendos em 2023.

7. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer (i)	10.943.582	9.886.409
Vencidas até 30 dias	35.475	24.119
Vencidas até 60 dias	331.414	3.504
Vencidas até 90 dias	777.470	8.583
Vencidas há mais de 90 dias (i)	2.082.262	1.525.738
	<u>14.170.203</u>	<u>11.448.353</u>
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE)	(796.110)	(794.055)
	<u>13.374.093</u>	<u>10.654.298</u>

- (i) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia ainda não recebidos.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(794.055)	(57.765)
Reversão	6.809	27.870
Adição (i)	(8.864)	(764.160)
Saldo final	<u>(796.110)</u>	<u>(794.055)</u>

- (i) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos.

8. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Conta reserva – financiamentos (i)	8.157.134	8.020.029
Total	<u>8.157.134</u>	<u>8.020.029</u>

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma Conta Vinculada das Debêntures. Esta conta deverá ser preenchida mensalmente pelo Banco Depositário com o valor correspondente a 1/6 (um sexto) do valor projetado para pagamento da próxima parcela vincenda de principal, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, conforme apuração feita pela Agente Fiduciário no primeiro dia útil do sexto mês anterior à cada data de pagamento. Todos os recursos depositados na Conta Vinculada das Debêntures serão utilizados, semestralmente, para amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e/ou para o pagamento dos Juros Remuneratórios.

- (i) A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, caso, em qualquer período de apuração, os Índices Financeiros (ICSD mínimo de 1,20 e a métrica “Dívida Financeira Líquida/EBITDA” inferior a 3,50) não estejam de acordo com os valores previstos na Escritura de Emissão, a Companhia deverá depositar o valor a ser indicado pelo Agente Fiduciário na Conta Vinculada das Debêntures para que tal valor seja adicionado à geração de caixa e os Índices atinjam os valores mínimos exigidos. Em 31 de dezembro de 2023, o índice de cobertura da dívida estava de acordo com o índice exigido em contrato.

9. Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ saldo negativo (i)	5.477.173	14.824
CSLL saldo negativo (i)	1.688.883	5.683
Outros	4.256	4.257
	<u>7.170.312</u>	<u>24.764</u>

Outros impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Pis a recuperar	90	90
Cofins a recuperar	1.832	415
INSS (ii)	-	40.927
Tributos municipais	1.306	1.306
IRRF sobre aplicação financeira (iii)	-	849.312
Outros	61.905	59.647
	<u>65.133</u>	<u>951.697</u>

- (i) Variação refere-se à utilização dos créditos de saldo negativo durante o exercício de 2022;
- (ii) Variação refere-se a créditos de INSS de empregados constituídos em 2022 e utilizados durante o ano de 2023;
- (iii) Variação refere-se a créditos de IRRF sobre aplicação financeira constituídos em 2022 e utilizados durante o ano de 2023.

10. Almojarifado

	31/12/2023	31/12/2022
Almojarifado de manutenção e operação (i)	<u>1.076.774</u>	<u>1.460.410</u>
	<u>1.076.774</u>	<u>1.460.410</u>

- (i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

11. Ativos de contrato

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	64.386.312	60.681.763
Não circulante	395.478.664	389.991.376
	459.864.976	450.673.139

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	450.673.139
Receita de construção (i)	11.390.914
Receita de O&M (ii)	33.627.660
Receita de remuneração (iii)	62.719.955
Recebimentos (iv)	(94.688.571)
Adiantamentos de projetos (v)	(3.858.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	459.864.976
Circulante	64.386.312
Não circulante	395.478.664
Saldo em 31 de dezembro de 2021	445.177.961
Receita de construção (i)	22.926.898
Receita de O&M (ii)	26.714.670
Receita de remuneração (iii)	61.086.923
Recebimentos (iv)	(109.016.866)
Adiantamentos de projetos (v)	3.783.553
Saldo em 31 de dezembro de 2022	450.673.139
Circulante	60.681.763
Não circulante	389.991.376

- (i) Variação refere-se substancialmente ao investimento do projeto de reforço da Subestação Nova Porto Primavera do primeiro reator de barra de 500 kv conforme resolução autorizativa 9933/21.
- (ii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção;
- (iii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que conseqüentemente aumenta a receita de remuneração;
- (iv) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador;
- (v) Valor em 2022 refere-se substancialmente ao investimento com o projeto de melhoria para o reforço das torres de 230 Kv. No exercício de 2023 refere-se à quitação de adiantamentos do projeto de reforço do autotransformador da subestação Nova Porto Primavera.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.

- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

12. Fornecedores – terceiros

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para encerramento de obra (i)	1.445.597	222.253
Fornecedores relacionados à construção (ii)	1.075.208	4.384.788
Gastos ambientais e fundiários	10.117	10.432
Prestadores de serviços	211.262	125.981
Almoxarifado	148.970	-
Outros	128.320	267.986
	<u>3.019.474</u>	<u>5.011.440</u>

- (i) Variação refere-se ao encerramento de projeto de melhoria da subestação Nova Porto Primavera, concluído em maio de 2023, gerando o passivo para atender as obrigações de encerramento da obra como gastos com limpeza.
- (ii) Variação refere-se a compra de reator para projeto de reforço em 2022 conforme Resolução Autorizativa nº 10.421/21, que autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica.

13. Financiamentos - terceiros

a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	Fev/19	Fev/29	(c)	IPCA+ 4,45% a.a.	<u>117.139.866</u>	<u>127.614.317</u>
					<u>117.139.866</u>	<u>127.614.317</u>
Circulante					17.916.993	18.290.191
Não circulante					<u>99.222.873</u>	<u>109.324.126</u>
					<u>117.139.866</u>	<u>127.614.317</u>

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo final 31/12/2022	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final 31/12/2023
Debêntures	127.614.317	11.106.362	(5.630.624)	(16.522.884)	572.695	117.139.866
Total	127.614.317	11.106.362	(5.630.624)	(16.522.884)	572.695	117.139.866

Financiador	Saldo final 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final 31/12/2022
Debêntures	132.293.256	13.351.778	(5.960.986)	(12.824.935)	755.204	127.614.317
Total	132.293.256	13.351.778	(5.960.986)	(12.824.935)	755.204	127.614.317

Debêntures

Em 11 de fevereiro de 2019 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., com desembolsos em 01 e 08 de março do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 112.310.000 (cento e doze milhões trezentos e dez mil reais), sendo a primeira amortização em 15 de fevereiro de 2021 com o término em 15 de fevereiro de 2029.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,45% a.a.

c. Garantias

- Cessão de 35% dos direitos emergentes do contrato de concessão.
- Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, correspondendo a 22% da totalidade das ações da Companhia.
- Cessão de 35% dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH). Mediante o *completion* físico e financeiro, a garantia fidejussória adicional atrelada ao financiamento à Primeira Emissão de Debentures da Companhia foi liberada em agosto de 2022.

d. Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Contrato da 1ª emissão de Debêntures A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2.

Os covenants são calculados a partir das informações contábeis regulatórias registradas e auditadas conforme contrato da 1ª emissão de Debêntures, Anexo III – Fórmula de Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.

Abaixo está o cálculo do índice referente ao período de 31 de dezembro de 2023.

A) Geração de Caixa

64.068.675

(+)	EBITDA	85.416.388
(-)	Pagamento de IR + CS	(21.347.713)

B) Serviço da Dívida		22.153.508
(+)	Amortização de dívida	16.522.884
(+)	Pagamento de juros	5.630.624

Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B) 2,9

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+/-)	Lucro/Prejuízo antes do IR	64.242.069
(+/-)	Resultado Financeiro Líquido	5.435.211
(+/-)	Resultado de equivalência	-
(+)	Depreciações e amortizações	-
(+/-)	Perdas (desvalorização) por <i>Impairment</i>	15.739.109
(+/-)	Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis	-

O Índice de Dívida Financeira Líquida, de acordo com o referido contrato deve ser inferior a 3,5, conforme cálculos abaixo:

Dívida Líquida (A)	61.554.800
Ebitda (B)	85.416.389
DV/Ebitda (A/B)	0,72

O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato, deve ser igual ou superior a 15%, com base no balanço regulatório, conforme cálculos abaixo:

Dívida Líquida (A)	61.554.800
Patrimônio Líquido (B)	314.538.564
Índice de Capitalização (B/(A+B))	84%

e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2025	16.219.731
2026	16.219.729
2027	17.795.280
2028	22.521.894
2029	26.466.239
	99.222.873

14. Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ (i)	8.002.659	12.833.867
CSLL (i)	2.672.415	4.201.823
	10.675.074	17.035.690

Outros impostos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	161.882	146.222
COFINS	750.567	681.770
Imposto de renda retido na fonte	946.715	45.410
INSS	465.302	546.032
FGTS	160.405	146.207
ISS	86.312	255.909
Outros	317.550	287.904
	<u>2.888.733</u>	<u>2.109.454</u>

- (i) Variação refere-se a créditos retido de clientes e aplicações financeiras não utilizados para abatimento do IRPJ e CSLL do ano de 2022. Os créditos foram utilizados em 2023 na elaboração da ECF do ano-calendário.

15. Obrigações Sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	2.393.884	2.314.170
Provisão de bônus (i)	3.560.167	3.398.523
Outros	488.867	430.049
	<u>6.442.918</u>	<u>6.142.742</u>

- (i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).

16. Provisão de contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Servidões (i)	284.733	150.731
Trabalhista (ii)	422.225	-
	<u>706.958</u>	<u>150.731</u>

- (i) O valor de exposição referente a servidões está vinculado a 2 processos de constituição de servidão 0016578-58.2017.8.13.0534 e 0100795-91.2006.8.12.0002, ambos em fase recursal, o caso de maior valor envolvido discute um montante de R\$247.674 (duzentos e quarenta e set mil, seiscentos e setenta e quatro reais).

- (ii) O valor de exposição referente aos casos trabalhistas está vinculado a 3 reclamações trabalhistas: 0025109-84.2021.5.24.0002, 0010449-16.2022.5.15.0127 e 0025044-40.2022.5.24.0007, todos em fase recursal, o caso de maior valor envolvido discute um montante de R\$315.444 (trezentos e quinze mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais).

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	150.731	150.731
Adições e reversões, líquidas (i)	371.229	(12.208)	359.021
Atualizações monetárias	50.996	146.210	197.206
Saldo em 31 de dezembro de 2023	422.225	284.733	706.958
	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	150.731	150.731
Adições e reversões, líquidas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	150.731	150.731

- (iii) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação do processo 0100795-91.2006.8.12.0002, no valor de R\$ 114.825 (cento e quatorze mil, oitocentos e vinte cinco reais) com ocorrência de decisão judicial e as provisões constituídas referem-se à riscos de servidão, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão com decisão judicial em sede de RESP no STJ. Atualmente o processo está em fase de cumprimento de sentença onde existe discussão a respeito dos cálculos apresentados. A adição ocorrida na linha trabalhista diz respeito a três casos que foram reclassificados e passaram de possível para provável totalizando o risco de R\$ 422.225 (quatrocentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte e cinco reais) informado.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais e cíveis, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Fiscais (i)	2.436.456	2.312.818
Trabalhista (ii)	-	1.016.216
	<u>2.436.456</u>	<u>3.329.034</u>

- (i) Processos Fiscais: Referem-se à duas ações judiciais que tramitam pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foram autuadas sob o nº 0143346-83.2013.4.02.5101 e 0104607-07.2014.4.02.5101, e nas quais se discute PIS e CSLL. Nos dois casos houve sentença favorável à Companhia, que foi objeto de recurso pela Fazenda Nacional e aguarda-se julgamento dos recursos. O valor envolvido nas duas ações é de R\$ 2.312.818 (dois milhões, trezentos e doze mil, oitocentos e dezoito reais).
- (ii) Processos Trabalhistas: Em 2022 referem-se a específicos três casos trabalhistas nos quais há discussão acerca de verbas trabalhistas contratuais e seus reflexos. As movimentações mais relevantes refere-se aos processo nº 0025109-84.2021.5.24.0002 que tem valor de exposição de R\$ 413.000 (quatrocentos e treze mil reais), está em grau de recurso contra julgamento de procedência parcial da ação e aguarda-se julgamento do recurso e o processo 0010449-16.2022.5.15.0127 no valor de R\$ 313.215 (duzentos e treze mil, duzentos e quinze reais) que alterou seu risco para provável conforme citado em nota acima sobre a composição de causas prováveis.

Abaixo apresentamos a movimentação do saldo de causas possíveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.016.216	2.312.818	3.329.034

Adições e reversões, líquidas	(1.016.216)	123.638	(892.578)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	2.436.456	2.436.456
	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	2.180.243	2.180.243
Adições líquidas	1.016.216	132.575	1.148.791
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.016.216	2.312.818	3.329.034

17. Impostos diferidos passivos

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
IR e CSLL diferidos	65.549.016	58.971.171
IR Diferido	48.197.806	43.361.156
CSLL Diferida	17.351.210	15.610.015
Pis e Cofins diferidos	42.537.511	41.330.389
Pis Diferido	7.587.772	7.372.448
Cofins Diferido	34.949.739	33.957.941
	<u>108.086.527</u>	<u>100.301.560</u>

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 214.035.000 (duzentos e quatorze milhões e trinta e cinco mil reais) dividido em 214.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 59.206.670 (cinquenta e nove milhões, duzentos e seis mil, seiscentos e setenta reais) e R\$ 46.454.474 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	62.322.811	36.936.340
Reserva legal (5%)	<u>(3.116.141)</u>	<u>(1.846.817)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>59.206.670</u>	<u>35.089.523</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (ii)	<u>592.067</u>	<u>350.895</u>
Juros sobre capital próprio (i)	<u>(6.000.000)</u>	<u>(10.604.045)</u>

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995 e aprovado pelos acionistas através das atas de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizadas em 21/12/2023 e 14/12/2022 respectivamente.
- (ii) Devido os valores da distribuição de JCP terem sido superiores aos valores dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão dos mesmos para os exercícios de 2023 e 2022.

Foram efetuadas as aprovações de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

<u>Órgão aprovador</u>	<u>Data</u>	<u>Dividendos pagos em 2023</u>	<u>Dividendos pagos em 2022</u>	<u>JCP Líquido pago em 2023</u>	<u>JCP Líquido pago em 2022</u>	<u>Valor do IR s/ JCP</u>
RCA	24/05/2022	-	31.925.057	-	-	-
AGE	14/12/2022	-	-	-	9.013.438	930.892
RCA	20/07/2023	40.454.475	-	-	-	-
AGE	21/12/2023	-	-	5.100.000	-	900.000
	Total	40.454.475	31.925.057	5.100.000	9.013.438	1.830.892

19. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	135.302.353	126.317.089
Receita de operação e manutenção (i)	33.627.660	26.714.670
Remuneração dos ativos de contrato	62.719.955	61.086.923
Receita de construção (ii)	11.390.914	22.926.898
Outras receitas (iii)	27.563.824	15.588.598
Deduções da receita operacional	(17.440.703)	(17.514.250)
Pis e Cofins correntes	(11.294.910)	(11.539.442)
Pis e Cofins diferidos (iv)	(1.207.121)	(158.326)
RGR	(3.479.237)	(4.320.153)
P&D	(400.780)	(423.834)
TFSEE	(1.058.655)	(1.072.495)
	117.861.650	108.802.839

- (i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção;
- (ii) Variação refere-se substancialmente ao investimento no projeto de reforço da subestação nova porto primavera do primeiro reator de barra de 500 kv conforme resolução autorizativa 9933/21, que foi concluído em abril de 2023, tendo impacto menor no resultado de 2023.

- (iii) Essa conta se refere ao ajuste de RAP, é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual. Sendo assim, à medida que são realizadas inflações mais altas que a inicialmente projetada, a tendência é de que essa conta aumente quando comparada ao total do ano anterior, visto que o impacto do diferencial inflacionário é cumulativo;
- (iv) Pis e Cofins diferidos são calculados mensalmente com base no saldo de ativo contratual. O saldo de ativo de contrato dos doze meses de 2023 foi superior ao dos doze meses de 2022, o que justifica o aumento no resultado de 2023.

20. Custo de construção e operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(9.277.457)	(9.384.174)
Material	(1.612.931)	(1.048.679)
Serviços de terceiros	(1.303.359)	(1.001.628)
Seguros	(170.721)	(140.821)
Tributos	(25.999)	(22.036)
Arrendamentos e aluguéis	(53.362)	(13.824)
Custo de construção (i)	(9.001.146)	(18.485.338)
Custo de operação e manutenção (ii)	(3.350.537)	(2.236.262)
Gastos diversos	(945.944)	(803.815)
	<u>(25.741.456)</u>	<u>(33.136.577)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao investimento realizado em 2022 no projeto de reforço da subestação nova porto primavera do primeiro reator de barra de 500 kv conforme resolução autorizativa 9933/21, que foi concluído em abril de 2023, tendo impacto menor no resultado de 2023.
- (ii) Variação refere-se à implantação do projeto de Melhoria - Retrofit de proteção e controle dos transformadores 230kv da Subestação Imbirussú.

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(2.837.694)	(3.741.045)
Material	(74.786)	(103.304)
Serviços de terceiros	(503.346)	(623.682)
Arrendamentos e aluguéis	(135.347)	(111.968)
Provisão (i)	(373.284)	(736.290)
Tributos	(97.009)	(21.325)
Depreciação e amortização	(90.638)	(217.193)
Patrocínios (ii)	(479.310)	(604.824)
Outras	(676.990)	(722.866)
	<u>(5.268.404)</u>	<u>(6.882.497)</u>

- (i) Em 2022 o saldo refere-se principalmente a provisão para perda de crédito esperado (PCE) do Grupo Quinturará conforme nota explicativa 6.
- (ii) Valor refere-se a patrocínios em programas sociais como Instituto Mano Down, Educare, entre outros.

22. Outras receitas /(despesas) operacionais líquidas

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão.

31/12/2023 **31/12/2022**

Receitas de Contratos de Compartilhamento das Instalações de Transmissão (CCI)	245.411	231.633
Tributos sobre a Receita	(22.701)	(21.426)
Gastos Diversos Serviços de O&M	(1.795.978)	(1.578.187)
Pessoal	(426.817)	(260.884)
Serviços de Terceiros (i)	(24.420)	(329.687)
Depreciação e amortização	(326.543)	(320.914)
Outros	(10.381)	(843)
	<u>(2.361.429)</u>	<u>(2.280.308)</u>

- (i) Variação refere-se à prestação de serviços da SGSE realizada em 2022 conforme nota explicativa 25.

23. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	<u>6.891.101</u>	<u>8.144.400</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	7.211.449	7.633.751
Outras receitas financeiras	15.715	907.833
Tributos sobre receitas financeiras	(336.063)	(397.184)
Despesa financeira	<u>(12.326.312)</u>	<u>(14.892.382)</u>
Variações monetárias passivas (ii)	(5.696.662)	(7.479.255)
Juros sobre financiamentos	(5.409.696)	(5.872.523)
Amortização do custo do empréstimo	(572.696)	(755.204)
Multas e acréscimos moratórios	(67.667)	(19.569)
Outras despesas financeiras	(579.591)	(765.836)
	<u>(5.435.211)</u>	<u>(6.747.982)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a redução da receita de aplicação financeira devido a redução do saldo aplicado em títulos de curto prazo para maiores detalhes vide Nota explicativa 6.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a redução da atualização monetária sobre debêntures.

24. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro real)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	79.055.150	59.755.474
Adições/Exclusões não dedutíveis	1.821.858	2.515.015
Ajustes ICPC 01	(42.773.484)	16.689.139
Juros s/ Capital Próprio	(6.000.000)	(10.604.045)
Outros	(1.319.191)	(1.041.416)
Lucro Real	<u>30.784.332</u>	<u>67.314.167</u>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(7.672.083)	(16.804.542)
Inc. Fiscais	406.907	607.158
IRPJ devido (25%)	<u>(7.265.176)</u>	<u>(16.197.384)</u>
CSLL (9%)	<u>(2.889.317)</u>	<u>(6.152.002)</u>
IR e CS correntes	(10.154.493)	(22.349.386)
IR e CS diferidos	(6.577.846)	(469.749)
	<u>(16.732.339)</u>	<u>(22.819.135)</u>

25. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

25.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas – Curto Prazo	5.057.084	4.654.242
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	5.057.084	4.642.194
Intercompany Itatim - Despesas gerais	-	12.048
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas - Longo prazo	12.048	-
Outros ativos não circulantes	12.048	-
Intercompany Itatim - Despesas gerais	12.048	-

25.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	456.263	518.111
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	456.263	498.111
Aluguel (ii)	15.600	-
Intercompany MRTE - Despesas gerais – Pgto de imposto	-	111
Outras contas a pagar - partes relacionadas	-	20.000
Intercompany Itatim - Despesas gerais	-	20.000

25.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	16.394.417	15.219.530
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	16.515.555	15.649.247
Aluguel (ii)	(121.138)	(105.428)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	(324.289)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

25.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2023	31/12/2022
<u>Remuneração fixa e variável (*)</u>		
Salário	374.675	400.861
Benefícios diretos e indiretos	63.196	69.983
Encargos	183.792	234.211
Provisões (13 salário, férias e bônus)	<u>236.157</u>	<u>328.362</u>
Valor total da remuneração	857.820	1.033.417

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

26. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Exceto conforme detalhado no item 26.2 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrados abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

25.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	55.585.066	67.803.147
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022

Contas a receber - partes relacionadas	25	5.057.084	4.654.242
Concessionárias e permissionárias	7	13.374.093	10.654.298
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos	13	117.139.866	127.614.317
Fornecedores – terceiros	12	3.019.474	5.011.440
Fornecedores - partes relacionadas	25	456.263	518.111

25.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

Saldo contábil: 117.140
Cálculo valor justo: 110.580

A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

25.3 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Efeito em Reais

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	55.585.067	67.803.147
Contas a receber partes relacionadas	5.057.084	4.654.242
Concessionária e Permissionárias	13.374.093	10.654.298
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	117.139.866	127.614.317

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em financiamentos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

27. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos

por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	160.150.570	160.150.570
Veículos	Carros	<u>2.520.387</u>	<u>2.879.459</u>
		182.670.957	183.030.029

29. Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 7.385.722 (sete milhões trezentos e oitenta e cinco mil setecentos e vinte e dois reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
PPTE-PM-2018-2379	Nari	EPC para PPTE - 3o banco de transformador	26/04/2018	76.940
PPTE-PM-2020-3507	Nari	Remobilização	24/09/2020	46.157
PPTE-PM-2020-3371	Nari	EPC para PPTE - Cubículos	22/07/2020	35.180
PPTE-PM-2021-5331	PROLEC GE	Fornecimento de reator	06/01/2022	415.917
PPTE-PM-2021-5492	Sendi	Contrato EPC - Banco de Reator	11/02/2022	3.765.779
PPTE-PM-2022-6443	Nari	IPARO - SPCS	04/04/2022	1.092.936
PPTE-PM-2022-6693	Siemens	IPARO - Equipamentos	28/04/2022	963.297
PPTE-PM-2022-6756	PFIFFNER	IPARO - TCs	14/06/2022	41.850
PPTE-PM-2021-4416	E-Guana	Siget	22/09/2021	11.820
PPTE-PM-2021-5493	Sendi	Contrato EPC - UHE TPs	11/02/2022	633.839
PPTE-PM-2022-6756	PFIFFNER	IPARO - TCs	14/06/2022	66.600
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	235.407
				7.385.722

Cronograma de vencimento

2024

Em R\$

7.385.722

7.385.722

Ramon Sade Haddad

Jorge Bauer

Mariana de Oliveira Barbosa

Diretor Presidente

Diretor

Contadora - CRC RJ - 103573/O-2